

CONTAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2002-2018

Alguns apontamentos



Darcy Francisco Carvalho dos Santos
darcyfcs@terra.com.br

Sumário

1. Introdução.....	3
2. Comportamento das principais variáveis financeiras	3
2.1. Receita corrente líquida - RCL	4
2.2. Indicadores financeiros em % da RCL	6
a) Margem para investir e investimentos	6
b) Serviço da dívida e resultado primário.....	7
c) Evolução da dívida do Estado.....	10
d) Despesa com pessoal mais ODC.....	11
d.1.) Despesa com previdência.....	13
e) Resultado orçamentário e receitas de capital.....	15
3. Estado de Minas Gerais no “ranking” nacional em 2018	17
Conclusão.....	18
Referências Bibliográficas	20
ANEXO DE TABELAS	21

1. Introdução

Inicialmente, cabe destacar que até 2009 a fonte de dados adotada para esta análise foi o arquivo “Execução Orçamentária dos Estados, da STN, que com o passar dos anos, deixou muito a desejar, por conter duplas contagens em despesa de pessoal e registros em outras despesas correntes (ODC) do que seria despesa de pessoal. Por isso, damos mais ênfase à análise da soma pessoal mais ODC (despesa corrente não financeira). Também deixou de constar o passivo financeiro e não financeiro, o que impediu de fazer uma análise que envolvesse esses indicadores.

Diante dessa dificuldade, a partir de 2010, passamos a coletar os dados junto aos *sites* dos próprios estados, nos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal, especialmente o “Resultado Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

2. Comportamento das principais variáveis financeiras

Nesta parte é feita uma análise da evolução das principais variáveis financeiras em proporção da receita corrente líquida – RCL.

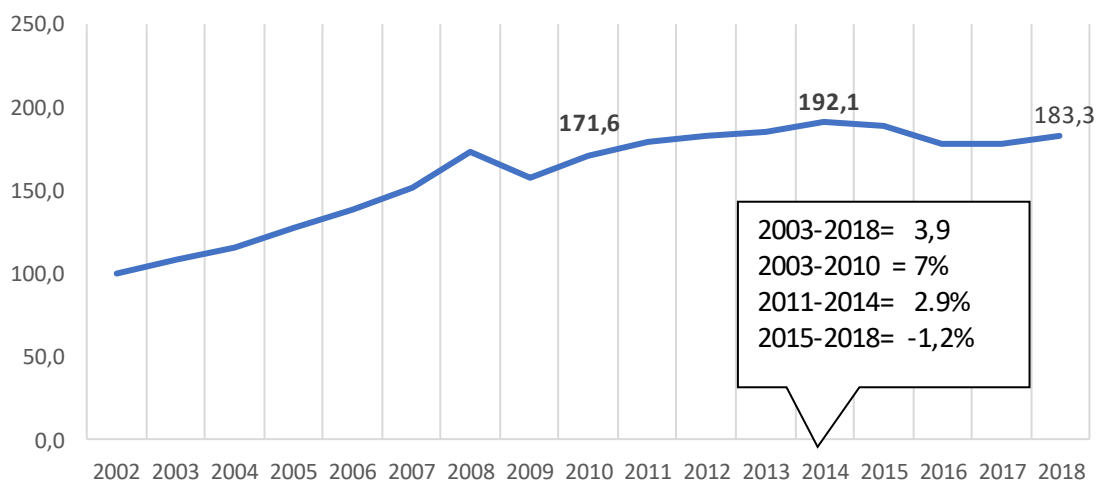
A RCL considerada não é aquela da lei de responsabilidade fiscal - LRF que, diante das diversas exclusões da própria lei e das interpretações posteriores, deixou de ser um parâmetro adequado para comparações. Por isso, adotamos a RCL gerencial, constituída da receita corrente, menos as transferências aos municípios e também as perdas do Fundeb. Dito de outra forma, a RCL considerada é a parcela da receita corrente que, efetivamente, fica com os estados. Por isso, começamos a análise da evolução da própria RCL.

Adotamos a RCL da LRF apenas para medir o endividamento, na relação DCL/RCL. Os dados financeiros em seus valores absolutos estão geralmente atualizados pelo IPCA, pela sua variação média anual.

2.1. Receita corrente líquida - RCL

A RCL do Estado de Minas Gerais no período 2003 a 2018 cresceu a uma taxa real média anual de 3,9%, ficando na 14ª posição no país. O maior crescimento se verificou no período 2003-2010, quando cresceu a uma taxa média de 7%, refletindo o “boom das commodities”. A partir de 2011 a RCL começou a declinar, em decorrência da crise econômica, perfazendo uma taxa de 2,9% no período 2011 a 2014. No quadriênio 2015-2018, a média caiu ainda mais, passando a negativa, na ordem de -1,2%. (gráfico 2.1).

Gráfico 2.1. Estado MG- Evolução relativa da RCL entre 2002-2018, em termos reais

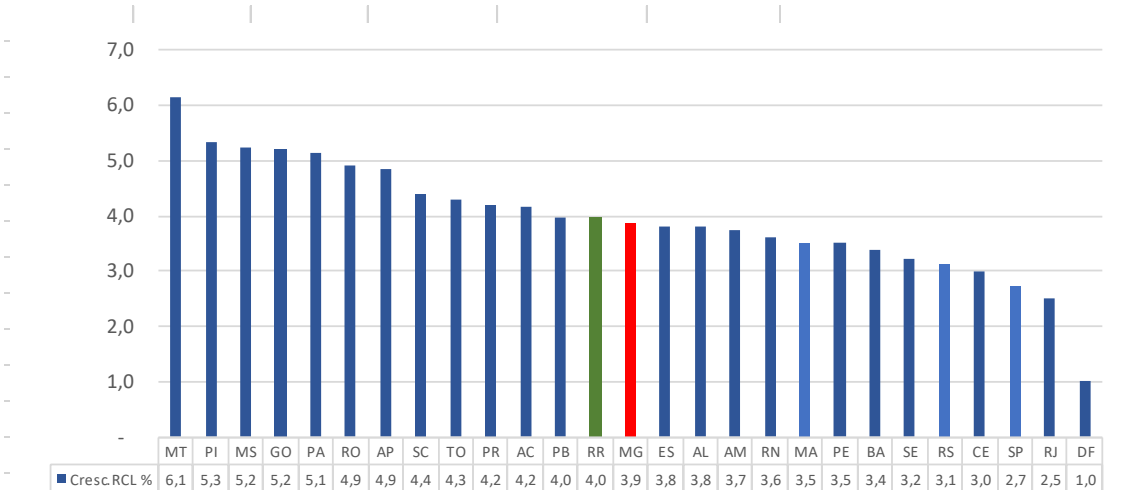


Fonte: Até 2009 -STN - Execução orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs do Estado.

(M.Gerais- Indicadores financeiros/RCL estados/H-113)

Já o gráfico 2.2. oferece a comparação entre o crescimento da RCL dos estados, em que o Estado do Rio de Minas Gerais, com 3.9%, ocupou a 14ª colocação no País pouco abaixo da média e da mediana nacionais. A mediana dos estados, ocupada por Roraima foi de 4%, sendo a primeira posição do Estado do Mato Grosso (6,1%) e a última do Distrito Feral (apenas 1%).

Gráfico 2.2. Taxa de crescimento real anual da RCL dos estados, 2002-2018
Em ordem decrescente.



Fonte: Até 2009 -STN - Execução orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

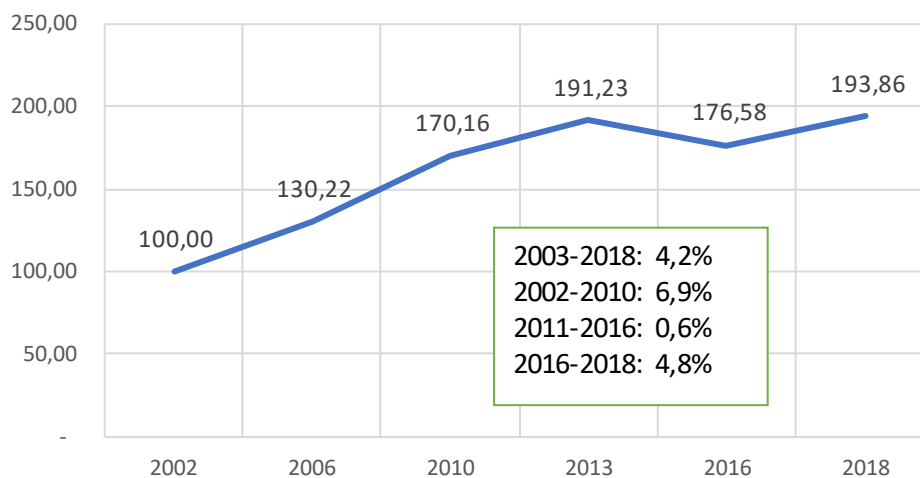
(MG - Indicadores financeiros/RCL estados/G-80)

Média e mediana.

2.1.1. Evolução do ICMS

Entre 2003 e 2018, a taxa de crescimento do ICMS foi de 4,2%. Entre 2003 e 2010, a taxa de crescimento foi bastante alta, 6,9%, refletindo o “boom das commodities”. Entre 2011 e 2016; a taxa caiu para apenas 0,6%, devido à crise econômica. Já 2017 e 2018, houve uma grande recuperação, com uma taxa de 4,8% (gráfico 2.1.1).

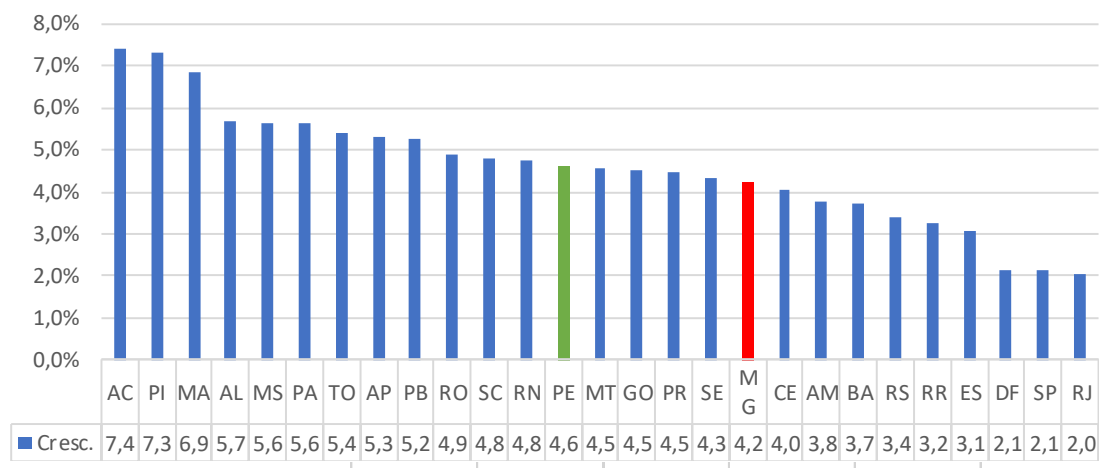
Gráfico 2.1.1. MG -Crescimento real do ICMS no intervalo 2002 - 2018



Fonte: Execução orçamentária dos Estados até 2013. Após: RREOs dos estados. (Estados 2019/SU/M.Gerais/ICMS/G45).

Considerando o período como um todo, o ICMS apresentou uma taxa maior que a da RCL, de 4,2%, ocupando a 18ª posição no País. A mediana nacional foi 4,6% e pertence ao Estado de Pernambuco e a taxa maior ao Acre, com 7,4% (gráfico 2.1.2 e tabela E do Anexo).

Gráfico 2.1.2. Crescimento real do ICMS, 2002-2018



Fonte: Execução orçamentária do estados até 2013. Após RREO do Estado.

(Estados 2009/SU/Minas Gerais/ICMS/T17)

Como o ICMS é o principal item de arrecadação, isso tem grande efeito no crescimento da RCL.

2.2. Indicadores financeiros em % da RCL

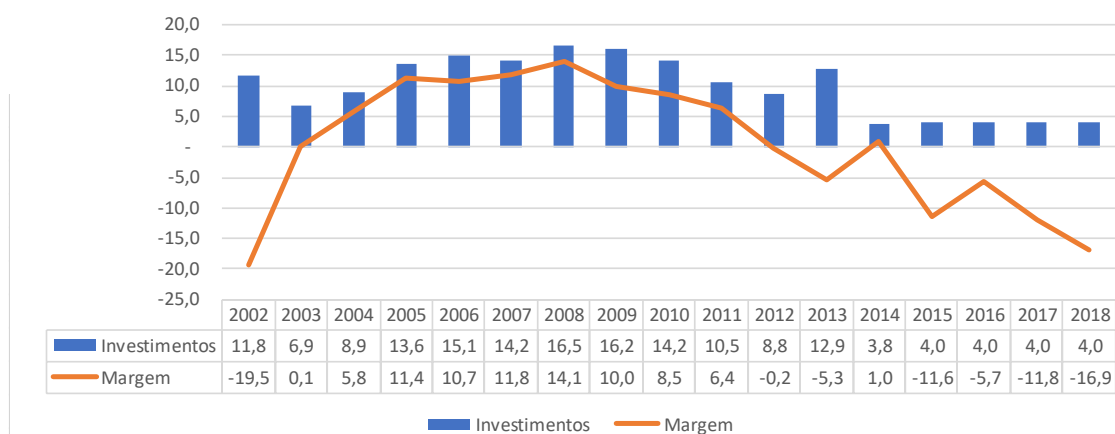
A tabela 2.1 apresenta os principais agregados de despesa como proporção da RCL, os quais estão analisados de modo particular nos gráficos e tabelas seguintes.

a) Margem para investir e investimentos

A margem para investir, a poupança do governo, é a diferença entre a receita corrente líquida e a despesa total, exceto os investimentos. Nos 17 anos do período considerado, a margem média foi na ordem de 0,5%, enquanto os investimentos alcançaram 10%, indicando um grande aporte e recursos de terceiros em seu financiamento. Entre 2003 e 2011 a margem média foi positiva de 8,8% da RCL e os investimentos, 11%. Daí em diante, houve grande queda

da margem e dos investimentos, ela tendo alcançado uma média de -7,2%, quando os investimentos caíram para 5,9%. No último quinquênio houve grande queda da margem, culminando com -11,8% em 2017 e com -16,9% em 2018. Como consequência, os investimentos ficaram numa média de 4% da RCL ao ano (tabela 2.1. e gráfico 2.3).

Gráfico 2.3 - MG - Margem para investir e investimentos, 2002-2018, em % da RCL



Fonte: Até 2009 - STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do estado.

(M.Gerais - indicadores financeiros/planilha 2/D79)

b) Serviço da dívida e resultado primário

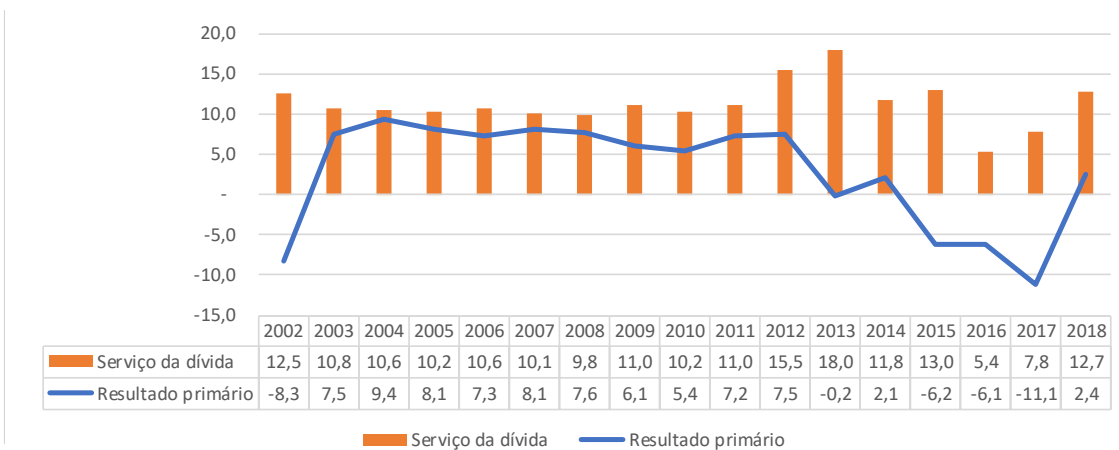
O resultado primário é destinado ao pagamento do serviço da dívida e atingiu uma média em 17 anos de 2,8% da RCL, para 11.2% do serviço da dívida, do qual cobriu 25%. O resultado primário foi declinante desde 2013, quando passou a negativo até 2017, tendo ficado positivo no último ano (2,4%), talvez pela mudança de critério, de despesa empenhada para despesa paga. O serviço da dívida, que era crescente, caiu no biênio 2016-2017, devido ao novo acordo com a União, em 2016, tratado a seguir (tabela 2.1. e gráfico 2.4).

b.1. Acordo da dívida de 2016

A queda do valor do serviço da dívida, referida, no último triênio, decorreu do novo acordo da dívida dos estados com o Governo Federal, com base nas leis complementares n°s 148/2014 e 151/2015, que prorrogou o prazo por mais 20 anos, trocou de indexador, de IGP-DI para IPCA, reduziu os juros de 6%

para 4%. Além disso, concedeu 100% de desconto nas prestações por seis meses em 2016, desconto esse que passou a ser crescente, na razão de 1/18 em cada mês, até junho de 2018

Gráfico 2.4. MG - Serviço da dívida e resultado primário, 2002-2018, em % da RCL



Fonte: Até 2009-STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(M.Gerais - indicadores financeiros/planilha 2/D108)

Tabela 2.1.MG - Indicadores financeiros, 2002-2018, em % da RCL(*)

INDICADORES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Previdência	29,2	28,7	26,4	23,7	23,6	22,8	20,9	22,3	24,7	25,0	26,5	27,5	28,9	33,5	36,1	39,9	39,6	28,2
Contrib.servidores													3,8	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Investimentos	11,8	6,9	8,9	13,6	15,1	14,2	16,5	16,2	14,2	10,5	8,8	12,9	11,5	6,9	5,7	7,0	3,2	10,8
Margem p/ investir**	-19,5	0,1	5,8	11,4	10,7	11,8	14,1	10,0	8,5	6,4	-0,2	-5,3	1,0	-11,6	-5,7	-11,8	-16,9	0,5
ODC	25,2	22,0	17,6	17,6	18,2	18,5	18,8	20,2	20,1	19,8	19,2	20,3	19,5	20,0	19,1	19,8	22,0	19,9
Pessoal + ODC	107,0	89,1	83,6	78,4	78,7	78,1	76,1	79,0	81,2	82,5	84,7	87,4	87,2	98,6	100,3	104,1	104,2	88,2
Pessoal e enc.sociais	81,7	67,1	65,9	60,8	60,6	59,7	57,3	58,8	61,1	62,7	65,5	67,1	67,7	78,5	81,1	84,3	82,2	68,4
Receitas de capital	13,4	5,3	3,6	3,3	4,7	3,1	4,4	7,2	7,4	4,5	14,1	16,0	6,0	1,2	3,6	1,1	1,0	5,9
Res.orçamentário	-17,9	-1,5	0,5	1,1	0,4	0,7	2,0	1,0	1,7	0,4	5,1	-2,2	-4,5	-17,2	-7,8	-17,7	-19,2	-4,4
Resultado primário	-8,3	7,5	9,4	8,1	7,3	8,1	7,6	6,1	5,4	7,2	7,5	-0,2	2,1	-6,2	-6,1	-11,1	2,4	2,8
Serviço da dívida	12,5	10,8	10,6	10,2	10,6	10,1	9,8	11,0	10,2	11,0	15,5	18,0	11,8	13,0	5,4	7,8	12,7	11,2
DCL/RCL-LRF	263%	243%	224%	203%	189%	188%	176%	179%	182%	182%	175%	183%	179%	199%	203%	203%	189%	

Fonte: Até 2009 - STN Exec.orçamentária dos estados . A contar de 2011 - Levantamento juntos aos RREOs e RGF do Estado.

Nota: Entre os estados há critérios diferentes de classificação entre o que seja despesa com pessoal e ODC.

(*) RCL gerencial = Rceitas corrente deduzida das perdas do Fundeb -transferências constitucionais e legais aos municípios.

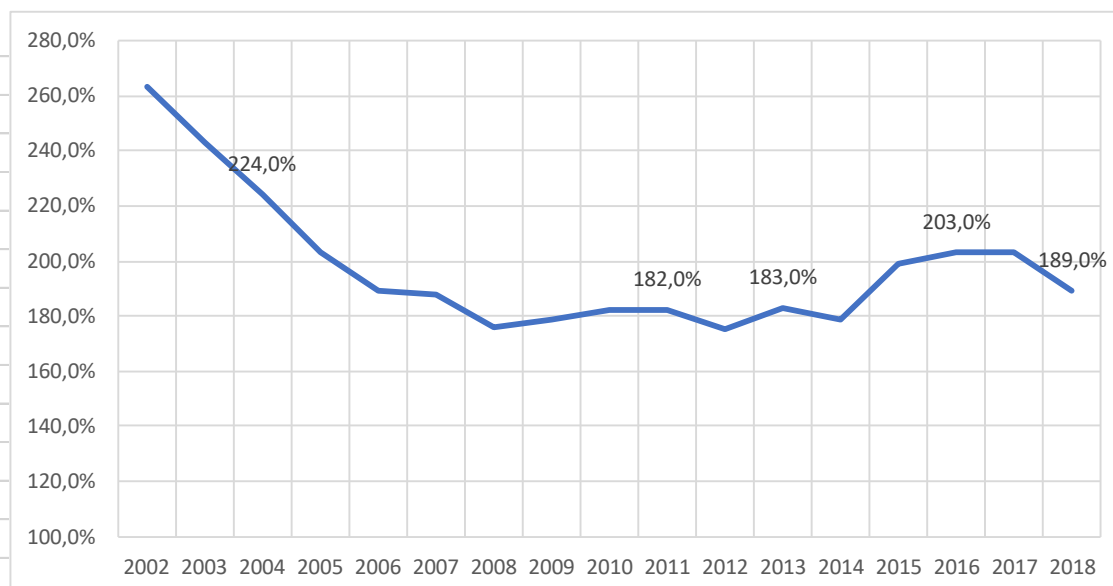
(**) RCL menos despesa de pessoal, ODC e serviço da dívida. (M.Gerais - Indicadores financeiros/planiha2/C29).

c) Evolução da dívida do Estado

O endividamento do Estado de Minas Gerais, expresso pela razão DCL/RCL, foi decrescente até 2011, quando atingiu 182% da RCL. A partir de então a razão DCL/RCL passou a crescer, culminando com 203% em 2017 (3ª posição no País), descendo para 189% em 2018. (gráfico 2.5).

Diante dos enormes déficits primários, o crescimento da razão DCL/RCL deveria ter sido muito maior. Mas houve uma grande queda das **disponibilidades de caixa** antes da inscrição dos restos a pagar, que, por critério definido pela STN, não são incluídas no saldo devedor da dívida. Elas alcançaram R\$ 26,759 bilhões **negativos**, depois de serem positivas de R\$ 3,504 bilhões em 2014 e R\$ 3,360 bilhões em 2010, conforme Relatórios de Gestão Fiscal do Estado, nos 3º quadrimestre dos anos citados. Isso é muito incoerente. É como o saldo devedor do cheque especial de uma determinada pessoa fosse desconsiderado do total da dívida (gráfico 2.5.1)..

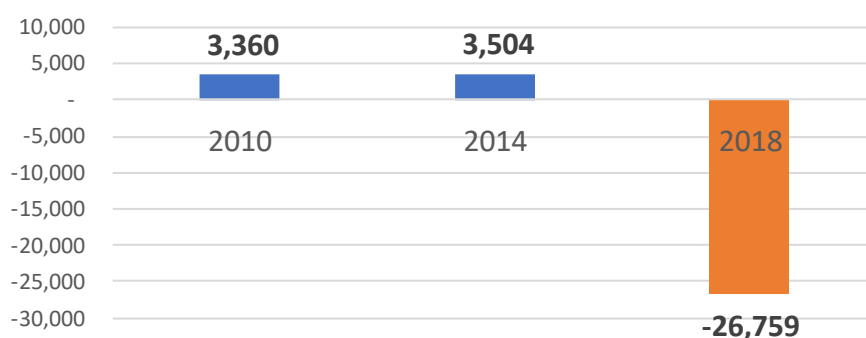
Gráfico 2.5. MG - Dívida consolidada líquida (DCL) em % da RCL



http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/indicadores-fiscais-e-de-endividamento até 2015. Após: Relatório de Gestão Fiscal do Estado.

(M.Gerais - indicadores financeiros/planilha 2/D136)

Gráfico 2.5.1. MG - Disponibilidades de caixa, 2010, 2014 e 2018
Em R\$ bilhões correntes.



Fote: Relatórios de Gestão Fiscal do Estado, 3º quadrimestre.
(Estados 2019/SU/Plan.2/Y-140)

d) Despesa com pessoal mais ODC

Conforme citado na Introdução, as duplas contagens e a troca de grupo de registro da despesa, em alguns estados, tornaram difícil a análise da despesa com pessoal de forma isolada (não agregada às ODC). Em alguns estados os demonstrativos financeiros deixam muita dúvida do que seja despesa de pessoal e ODC.

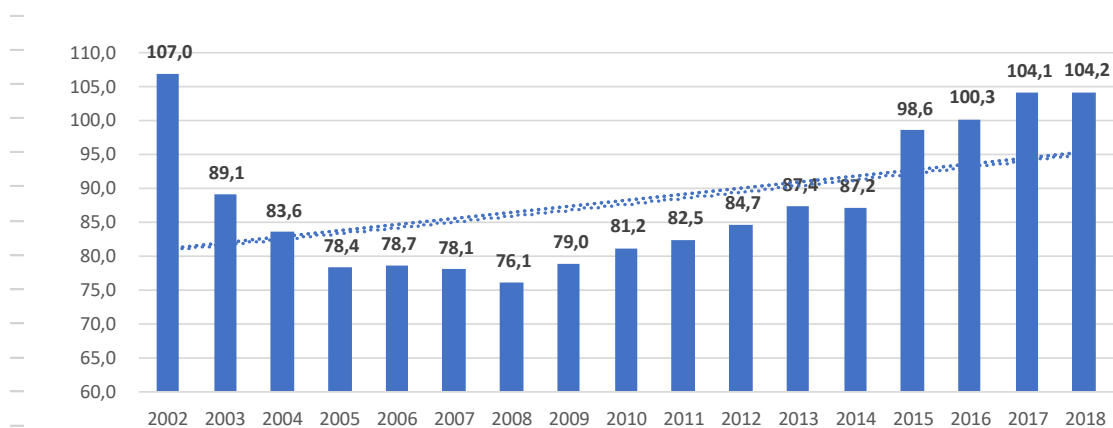
Além disso, a despesa com pessoal e encargos sociais não é analítica, de forma a identificar pessoal ativo, inativo e pensionistas. Esses últimos constam como despesa com previdência em demonstrativo próprio nos RREOs. No entanto, a diferença entre a despesa total com pessoal e a despesa com previdência não pode ser considerada pessoal ativo, porque essa diferença contém outros itens que podem ter origem tanto nos servidores ativos, como nos inativos e pensionistas, como despesas de exercícios anteriores, sentença judiciais, etc.

Por isso, damos mais ênfase a despesa com pessoal mais outras despesas correntes (ODC), que se trata da despesa **corrente não financeira**, cuja participação na RCL no período em causa está na o gráfico 2.6, seguinte.

O dispêndio com pessoal mais ODC depois de ter decrescido até 2008, passou a ser alto e crescente, com pequenas oscilações anuais. Em alguns anos aproximou-se dos 100% da RCL, tendo ultrapassado nos três últimos anos.

O gráfico 2.6 apresenta os gastos e a linha de tendência que é crescente no período.

Gráfico 2.6. MG - Despesa com Pessoal mais Outras despesas correntes (ODC)



Fonte: Até 2010 - STN - Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(M.Gerais - indicadores financeiros/planilha 2/E-165)

É claro que o aumento da razão despesa/RCL tem muito a ver com a queda da receita, mas não foi só isso que aconteceu. A tabela 2.2 mostra que a taxa de crescimento de pessoal mais ODC em todos os períodos considerados foi superior ao da RCL

No período 2011-2014 foi quando houve o grande desequilíbrio, não só no Estado de Minas Gerais, mas na maioria dos estados. Tomando os quatro anos acumulados, vamos ver que para um crescimento real da RCL de 11,9% a despesa com pessoal mais ODC cresceu 20,2%, quase o dobro. Como se não bastasse esse período de desequilíbrio, o período seguinte, de 2015 a 2018, mesmo a RCL tendo caído 4,6%, a citada despesa cresceu 14%, também em termos reais. Quando se agrega esses dois períodos (2011-2018), temos um enorme desequilíbrio: **crescimento real da despesa com pessoal mais ODC de 37%, a RCL cresceu 6,75%.**

Isso deixa claro que a grande causa da crise fiscal do Estado de Minas Gerais foi a **irresponsabilidade fiscal** dos últimos governos, embora possa se dizer que o crescimento da despesa previdenciária contribuiu muito para isso. Mas os reajustes salariais excetivos contribuíram para o aumento da despesa previdenciária.

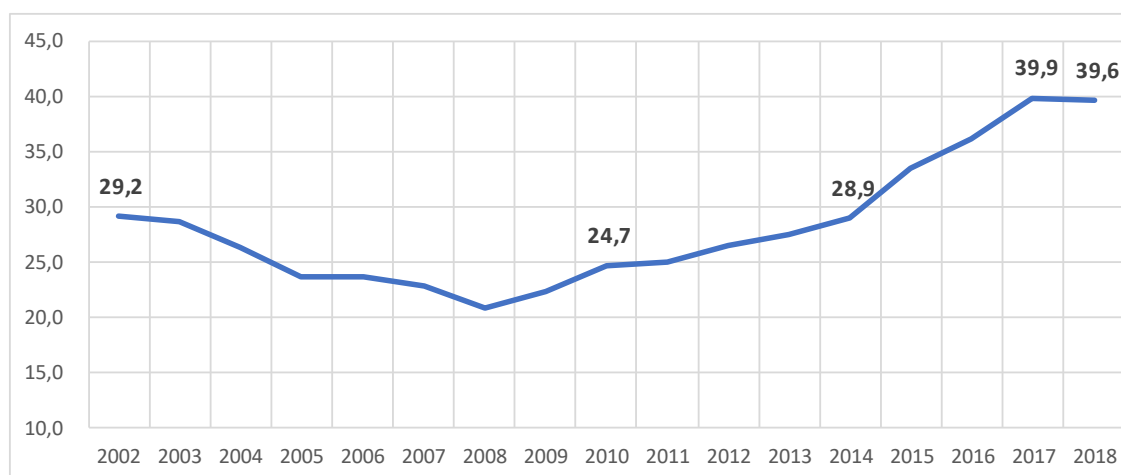
Tabela 2.2.MG - Crescimento real da despesa com pessoal, pessoal mais ODC e RCL, por períodos selecionados				
Valores em R\$ milhões constantes de 2018 (IPCA)				
Períodos	Pessoal e encargos	ODC	Pessoal+ODC	RCL
2003	23.285,2	7.620,8	30.906,1	34.687,1
2010	33.540,1	11.049,3	44.589,4	54.888,1
2014	41.590,4	12.000,3	53.590,7	61.442,0
2018	48.172,7	12.905,6	61.078,3	58.602,7
2003-2018	4,6%	3,3%	4,3%	3,3%
2011-2014	5,5%	2,1%	4,7%	2,9%
2015-2018	3,7%	1,8%	3,3%	-1,2%
Varição total 2011-2014			20,2%	11,9%
Varição total 2015-2018			14,0%	-4,6%
Fonte: Até 2010 -STN - Exceução orçamentária dos estados.				
Após: RREOs do Estado.				
(M.Gerais - indicadores financeiros/planiha 2/X-167)				

d.1.) Despesa com previdência

A despesa com previdência, correspondendo uma média de 28,2% da RCL no período, contribui muito para o alto gasto com pessoal. O que preocupa não é a média do período, mas o grande crescimento, ao passar de 24,8% da RCL em 2010 para 39,6% em 2018, depois de ter alcançado 39,9% em 2017 (gráfico 2.7).

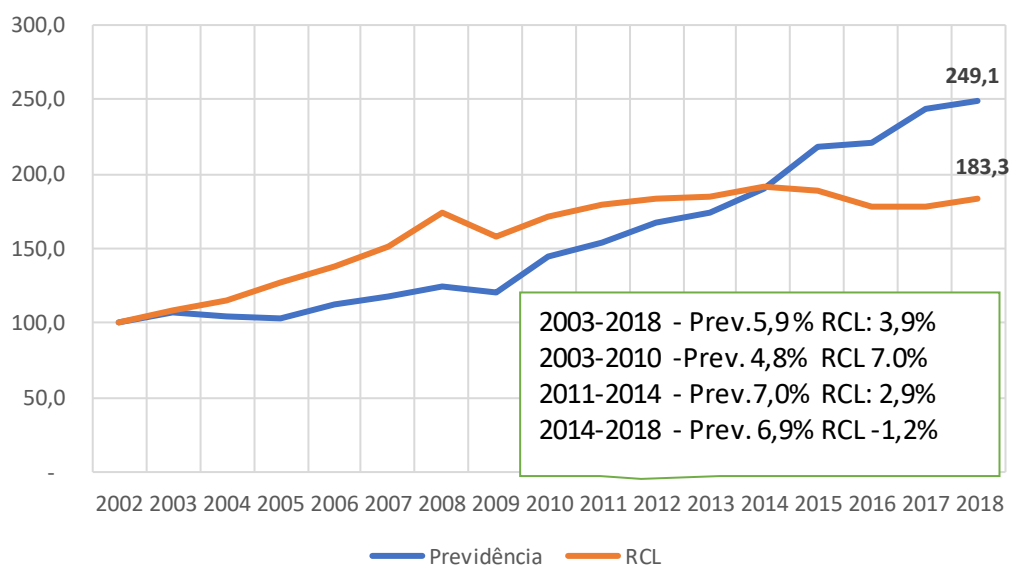
O gráfico 2.7.1 mostra a evolução da despesa previdenciária comparada com a da RCL, em quatro períodos distintos. Em todo o período considerado, a despesa previdenciária cresceu 5,9% ao ano para 3,9% da RCL.. Entre 2003 e 2010, o crescimento real da despesa previdenciária foi menor que o da RCL (4,8% a 7%). Porém, o grande desequilíbrio ocorreu nos dois últimos períodos governamentais sendo: de 2011-2014, 7% para a despesa previdenciária para 2,9% da RCL. Entre 2015-2018, a despesa previdenciária cresceu 6,9%, enquanto a RCL caiu - 1,2%.

Gráfico 2.7. MG - Despesa com previdência em % da RCL, 2002-2018



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(SM.Gerais - indicadores financeiros/planilha 2/H194)

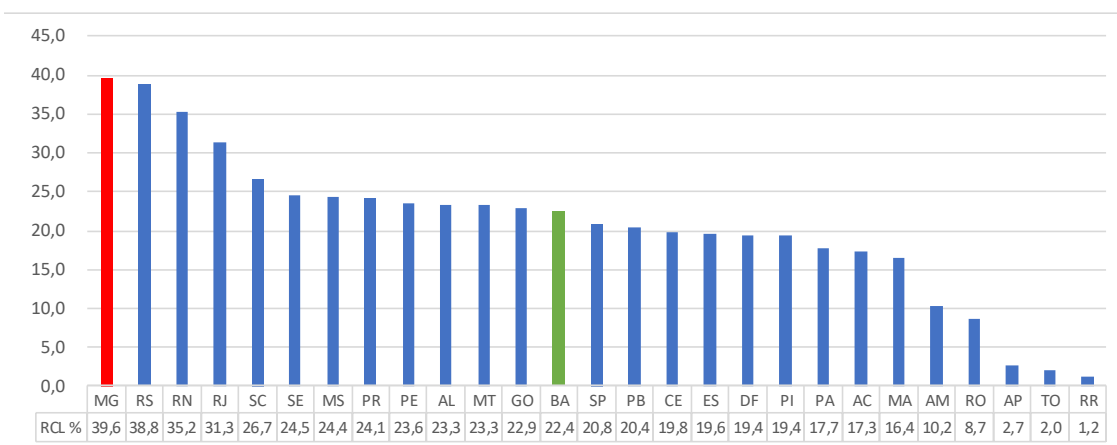
Gráfico 2.7.1. MG - Crescimento real anual da despesa do previdência, 2003-2018



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(M.Gerais - indicadores financeiros/planilha 2/H235)

Na comparação com os demais estados, o Estado de Minas Gerais ocupa a 1ª posição, como 39,6% da RCL em 2018, quando a mediana, que foi de 22,4% (gráfico 2.7.2).

2.7.2. MG - Despesa com previdência em % da RCL no País, em 2018



Fonte: Tabela A do Anexo de Tabelas.
(M.Gerais- Indicadores financeiros/planilha3/AD-16).

e) Resultado orçamentário e receitas de capital

A tabela 2.3 e o gráfico 2.8 mostram que nos 17 anos decorridos no período 2002-2018, em oito houve déficit orçamentário, formando um total negativo de R\$ 39,6 bilhões ou -4,7% da RCL. Se, no entanto, retirarmos as receitas de capital, esse total alcança R\$ 90,2 bilhões negativos, -10,9% da RCL.

Grande parte desse déficit deve-se aos investimentos num montante de R\$ 93 bilhões, ou 10,8% da RCL. No entanto, no período de 2013 a 2018 os déficits sem as receitas de capital foram muito maiores que os investimentos, que foram decrescentes, denotando que os resultados negativos ocorreriam mesmo sem qualquer investimento. É o que foi demonstrado quando da análise da margem para investir no item 2.2.a, gráfico 2.3.

Convém salientar que os resultados orçamentários negativos por si só não dizem muita coisa, pois poderão ser mascarados pelo nível de investimentos e pelas receitas de capital. Mas eles quando de forma continuada implicam em aumento do endividamento.

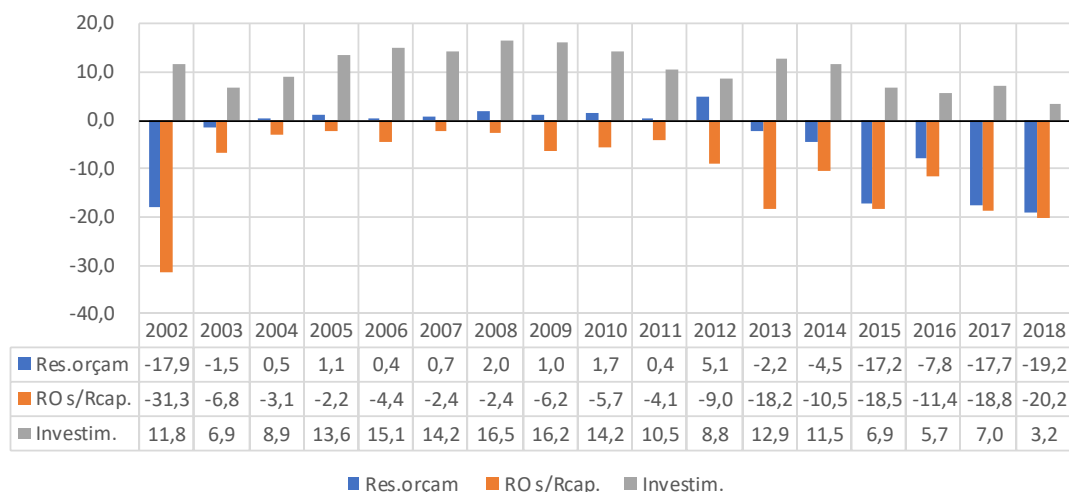
Tabela 2.3. MG - Resultado orçamentário e receitas de capital, 2002-2018
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio anual).

ANO	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		RECEITAS	RES.ORÇAMENTÁRIO SEM REC.CAPITAL	
	VALOR	RCL - %	DE CAPITAL *	VALOR	RCL - %
	1	2	3	4 = 1+3	5
2002	-5.715,9	-17,9%	4.284,2	-10.000,1	-31,3%
2003	-526,6	-1,5%	1.824,1	-2.350,7	-6,8%
2004	196,5	0,5%	1.345,3	-1.148,8	-3,1%
2005	449,7	1,1%	1.362,4	-912,8	-2,2%
2006	158,0	0,4%	2.098,4	-1.940,4	-4,4%
2007	357,2	0,7%	1.517,6	-1.160,5	-2,4%
2008	1.109,4	2,0%	2.463,7	-1.354,4	-2,4%
2009	507,2	1,0%	3.645,2	-3.137,9	-6,2%
2010	914,6	1,7%	4.041,1	-3.126,5	-5,7%
2011	228,3	0,4%	2.562,4	-2.334,1	-4,1%
2012	2.981,2	5,1%	8.266,2	-5.285,1	-9,0%
2013	-1.281,7	-2,2%	9.500,9	-10.782,6	-18,2%
2014	-2.753,2	-4,5%	3.689,4	-6.442,6	-10,5%
2015	-10.453,1	-17,2%	747,4	-11.200,5	-18,5%
2016	-4.464,7	-7,8%	2.035,4	-6.500,1	-11,4%
2017	-10.125,7	-17,7%	622,6	-10.748,3	-18,8%
2018	-11.232,6	-19,2%	577,1	-11.809,7	-20,2%
TOTAIS	-39.650,4	-4,7%	50.586,6	-90.235,0	-10,9%

Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs do Estado.
(*) Basicamente operações de crédito. (M.Gerais - Indicadores financeiros/planiha 4/D-27).

2.8. MG - Resultado orçamentário com sem as receitas de capital e investimentos, 2002-2018

Em % da RCL



Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados.
(MG - Indicativos financeiros/planiha4/P33).

Tabela 2.4. MG - Investimentos realizados			
Em R\$ milhões constantes pelo IPCA			
ANO	INVESTIMENTOS	RCL	Inv./RCL- %
2002	3.770,8	31.978,7	11,8%
2003	2.390,5	34.687,1	6,9%
2004	3.311,2	37.003,6	8,9%
2005	5.547,4	40.782,0	13,6%
2006	6.668,5	44.290,5	15,1%
2007	6.858,0	48.416,3	14,2%
2008	9.188,6	55.700,9	16,5%
2009	8.197,6	50.580,2	16,2%
2010	7.809,3	54.888,1	14,2%
2011	6.042,3	57.563,8	10,5%
2012	5.153,2	58.750,7	8,8%
2013	7.631,4	59.278,2	12,9%
2014	7.071,3	61.442,0	11,5%
2015	4.194,5	60.607,6	6,9%
2016	3.273,6	57.045,4	5,7%
2017	3.978,9	57.157,9	7,0%
2018	1.893,8	58.602,7	3,2%
Total	92.980,8	868.775,6	10,8%
Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010.			
Após: RREOs do Estado.			
(M.Gerais - Indicadores financeiros/planilha 4/N-2).			

3. Estado de Minas Gerais no “ranking” nacional em 2018

A tabela 3.1 traz a posição do Estado do Rio de Janeiro no “rank” nacional em alguns indicadores financeiros selecionados. Esses indicadores foram classificados em **diretos e indiretos**.

São **indicadores diretos** aqueles cujo maior percentual em relação à RCL indica uma **situação melhor**. É o caso dos resultados orçamentário e do primário e da margem para investir.

São **indicadores indiretos** aqueles cujo maior participação na RCL indica uma **situação pior**. É o caso das despesas.

A tabela 3.1 sintetiza a tabela A do Anexo de tabelas do que passamos a tratar.

Tabela 3.1. Estado de M.Gerais no "ranking" nacional, em 2018

INDICADORES	RCL - %	Posição Ranking	Média Estados
INDICADORES DIRETOS			
Investimentos	3,2	26	8,1
Resultado orçamentário	-19,2	27	-1,3
Resultado primário	2,4	15	2,9
Margem para investir	-16,9	27	3,0
Cresc.real da RCL	3,9	14	4,0
INDICADORES INDIRETOS			
DCL/RCL *	203,0%	3	71,2%
Pessoal e enc.sociais	82,2	1	62,4
Pessoal + ODC	104,2	1	91,1
Previdência	39,6	1	20,6
Serviço da dívida	12,7	1	5,9

Fonte: Tabela A do Anexo. * RCL da LRF, no caso.
(M.Gerais - Indicadores financeiros/planilha3/X-41).

Dos dez indicadores selecionados, conforme tabela 3.1, o Estado de Minas Gerais está **pior que a média nacional em todos**, sendo que em **seis deles** ocupa a pior posição do País, a penúltima em um caso e a terceira pior em um outro caso. É a pior situação do País, superando o Estado do Rio de Janeiro, que foi favorecido pela adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, que melhorou um pouco seus indicadores.

Conclusão

O Estado de Minas Gerais apresentou nos 16 anos entre 2003-2018 a taxa de crescimento da RCL de 3,9%, a 14ª do País. No período 2003-2010 a taxa foi de 7%, devido ao "boom das commodities". A partir de 2011 até 2014, ela foi 2,9%, devido à recessão econômica, com acentuado declínio no período 2015-2018, com -1,2%. A média e a mediana dos estados foram 4% em todo o período.

O crescimento da receita reflete o crescimento do ICMS, que foi de 4,2% no mesmo período, sendo um pouco menor, indicando que as outras receitas correntes cresceram um pouco menos. Até 2010 houve um bom crescimento do

ICMS, declinando no período 2011-2016 para apenas 0,6% reais ao ano, pelas menos razões referidas no toante à RCL. No último biênio houve grande recuperação, para uma taxa anual de 4,8%.

O período 2011-2014 houve um grande desequilíbrio, das contas públicas de Minas Gerais., como na maioria dos estados. Nos quatro anos acumulados, enquanto a RCL cresceu 11,9%, a despesa com pessoal mais ODC cresceu 20,2%, quase o dobro. No período seguinte, de 2015 a 2018, mesmo com a queda de 4,6% da RCL a mesma despesa cresceu 14%, também em termos reais. Quando se agrega os dois períodos (2011-2018), temos um **crescimento real da despesa com pessoal mais ODC de 37%, e da RCL de apenas 6,75%**. Um desequilíbrio dessa dimensão não há conta pública que resista.

A despesa com previdência passou de **24,7% da RCL em 2010 para 39,6% em 2018**. No período 2003-2010 a taxa de crescimento da RCL foi maior do que a da despesa previdenciária. A partir de 2011, esta passou a crescer muito mais que a RCL. A causa foram os reajustes salariais excessivos que, pelo princípio da integralidade e paridade, são estendidos aos servidores inativos e pensionistas.

O resultado disso foi a queda acentuada da margem para investir, negativa desde 2102 que chegou a alcançar 17% negativos em 2018 e também do resultado primário, negativo desde 2013, alcançando -11,1% em 2017.

Outro reflexo foi no endividamento, com crescimento não tão expressivo na razão DCL/RCL, mas pela queda das disponibilidades de caixa, que caíram de R\$ 3,504 bilhões em 2014 para **R\$ 26,759 bilhões (negativos) em 2018**, dívidas essas que, por critério estabelecido pela STN, não entram na dívida consolidada. Funciona como se alguém excluísse de suas dívidas os saques a descoberto no cheque especial.

A partir de 2012, os déficits orçamentários cresceram sistematicamente, ao mesmo tempo que caíram os investimentos, denotando grande crescimento das despesas correntes.

Por derradeiro, dos dez indicadores selecionados, o Estado de Minas Gerais está pior que a média dos estados. O mais estarrecedor é o fato de em

seis deles, o Estado ter ocupado a última posição no País, a penúltima em um deles e a terceira pior em outro, no endividamento.

O Estado de Minas Gerais tem três grandes problemas estruturais: grande crescimento da despesa previdenciária, alta despesa corrente (pessoal mais ODC) e grande endividamento, que vai se manter alto pela cessação dos pagamentos durante a vigência o RRF. A despesa com pessoal apresenta grande crescimento, cuja causa principal é a previdência. O Estado deve evitar também a repetição dos reajustes salariais muito acima da inflação, como os citados.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2019.

Referências Bibliográficas

STN – Execução Orçamentária dos Estados, 2002-2009.

Estado do Paraná – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal, 2010 -2018. Dados retirados do “site” próprio.

SANTOS – Darcy Francisco Carvalho dos. Estados brasileiros em 15 anos da Lei de Responsabilidade. Fiscal. Disponível em:

<http://www.darcyfrancisco.com/arquivos/15%20anos%20LRF1>.

SANTOS. Darcy Francisco Carvalho dos Santos. O Rio grande tem saída? Editora Age, 2014. Porto Alegre-RS.

ANEXO DE TABELAS

ANEXO DE TABELAS

Tabela A. Indicadores financeiros dos estados em 2018, em proporção da Recetia corrente líquida - RCL (*)

INDICADORES INDIRETOS												INDICADORES DIRETOS									
Or-dem	UF	ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR - Situação pior.									ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR: situação melhor							Receitas			
		DCL/RCL**	Pos.	Pessoal e Enc.sociais	Pos.	Pessoal+ ODC ***	Pos.	Previdência (bruta)	Pos.	S.divida	Pos.	Investi-mentos	Pos.	Resultado orçam.	Pos.	Resultado primário	Pos.	Margem p/ investir	Pos.	capital	Pos.
1	AC	73,0%	9	67,2	5	90,7	16	17,3	21	8,0	5	8,6	13	-0,9	14	1,4	18	1,3	18	6,38	3
2	AL	103,0%	5	61,7	15	86,1	22	23,3	10	7,7	6	11,8	4	-3,8	21	7,6	5	6,1	7	1,84	22
3	AM	41,0%	17	50,6	27	87,1	21	10,2	23	5,7	14	9,5	10	2,8	6	4,0	10	7,1	6	5,10	7
4	AP	14,0%	25	55,7	23	77,0	27	2,7	25	5,0	17	4,0	25	13,9	1	-3,6	26	17,9	1	-	27
5	BA	56,0%	12	60,5	17	92,6	10	22,4	13	4,7	18	9,2	12	-2,6	18	0,0	23	2,7	14	3,95	11
6	CE	44,0%	15	55,5	24	88,5	20	19,8	16	6,9	8	15,4	1	-3,4	20	2,5	14	4,6	10	7,43	2
7	DF	30,0%	21	59,2	20	96,6	5	19,4	18	2,6	26	5,4	20	-0,3	13	-1,7	25	0,9	19	4,21	10
8	ES	26,0%	24	51,8	26	82,1	25	19,6	17	4,4	19	10,9	6	3,5	4	6,1	6	13,5	3	0,89	26
9	GO	94,0%	6	62,4	12	91,7	13	22,9	12	8,7	4	7,4	14	-6,0	23	4,6	9	-0,4	23	1,75	23
10	MA	42,0%	16	65,6	8	100,7	2	16,4	22	6,8	9	10,3	7	-11,8	26	1,4	19	-7,5	26	5,98	4
11	MG	203,0%	3	82,2	1	104,2	1	39,6	1	12,7	1	3,2	26	-19,2	27	2,4	15	-16,9	27	0,98	25
12	MS	78,0%	8	66,9	6	91,7	14	24,4	7	5,3	16	11,5	5	1,0	8	4,8	8	3,0	13	9,48	1
13	MT	41,0%	18	73,3	2	94,4	8	23,3	11	5,8	13	6,1	18	-2,5	17	7,9	4	-0,1	21	3,72	14
14	PA	9,0%	26	61,9	14	91,6	15	17,7	20	2,7	25	13,1	2	-3,0	19	-7,9	27	5,8	9	4,37	8
15	PB	30,0%	22	56,7	22	90,6	17	20,4	15	3,5	21	7,0	15	2,0	7	2,4	16	5,8	8	3,15	17
16	PE	58,0%	11	61,4	16	91,9	12	23,6	9	6,2	12	6,0	19	0,1	12	3,5	11	1,8	16	4,27	9
17	PI	45,0%	14	59,5	19	93,2	9	19,4	19	4,4	20	9,5	9	-1,2	15	-1,5	24	2,5	15	5,85	5
18	PR	29,3%	23	64,4	9	89,2	19	24,1	8	3,3	23	9,3	11	0,4	11	0,05	22	7,5	5	2,23	20
19	RJ	232,0%	1	65,9	7	97,4	3	31,3	4	1,0	27	2,6	27	4,4	3	3,3	12	1,7	17	5,33	6
20	RN	8,0%	27	62,7	11	81,9	26	35,2	3	2,9	24	13,0	3	6,0	2	5,0	7	15,2	2	3,79	12
21	RO	50,0%	13	57,2	21	85,9	23	8,7	24	3,5	22	10,2	8	3,0	5	2,8	13	10,6	4	2,59	18
22	RR	35,0%	19	59,6	18	89,8	18	1,2	27	6,6	10	5,2	22	0,6	9	11,0	1	3,7	12	2,10	21
23	RS	218,9%	2	71,8	3	96,0	6	38,8	2	9,8	3	4,3	24	-6,8	25	2,0	17	-5,8	25	3,35	16
24	SC	93,0%	7	62,4	13	92,2	11	26,7	5	7,6	7	6,5	17	-5,0	22	1,2	20	0,2	20	1,21	24
25	SE	60,0%	10	63,2	10	94,5	7	24,5	6	5,6	15	5,2	21	-1,6	16	0,9	21	-0,2	22	3,79	13
26	SP	175,0%	4	53,9	25	85,3	24	20,8	14	10,6	2	7,0	16	0,6	10	8,5	2	4,1	11	3,50	15
27	TO	33,0%	20	71,4	4	97,1	4	2,0	26	6,4	11	5,2	23	-6,2	24	8,4	3	-3,5	24	2,38	19
Média		71,2%		62,4		91,1		20,6		5,9		8,1		-1,3		2,9		3,0		3,7	

Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.

** 2017.

(*) RCL: gerencial. Diferença entre receitas correntes e transferências aos municípios, inclusive (***) Outras despesas correntes.

(M.Gerais- indicadores financeiros/Planilha 3)

Tabela B do Anexo. RCL dos estados, 2002 - 2018																		
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio).																		
UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa anal
AC	2.673	2.454	2.592	3.065	-	3.615	4.076	4.342	4.483	4.686	4.903	5.208	5.684	4.825	4.976	4.866	5.138	4,2
AL	4.556	4.430	4.894	5.136	5.415	6.079	6.450	6.266	6.693	7.130	7.104	7.252	7.579	7.340	8.444	7.738	8.290	3,8
AM	7.808	7.097	8.105	8.651	9.040	9.967	11.315	10.366	11.954	12.886	14.175	14.309	14.421	13.179	13.166	12.896	14.040	3,7
AP	2.298	2.187	2.621	2.969	3.216	3.622	4.147	3.659	4.135	4.347	5.091	4.591	5.423	2.485	4.420	-	4.906	4,9
BA	20.520	20.347	22.935	23.867	25.552	25.162	26.980	26.761	30.263	31.505	33.638	34.038	35.680	34.562	33.860	33.994	35.021	3,4
CE	12.454	11.911	12.263	13.196	12.808	15.295	17.576	17.916	19.733	20.855	19.426	18.752	19.005	18.348	19.790	19.119	19.969	3,0
DF	18.665	11.750	12.565	13.685	14.956	15.982	17.823	18.209	19.438	20.252	21.170	21.998	22.785	29.307	27.542	21.515	21.888	1,0
ES	7.654	8.589	10.090	11.743	12.365	13.772	14.012	12.913	13.653	15.165	16.062	14.693	15.451	14.381	13.156	13.041	13.942	3,8
GO	9.915	11.145	12.345	12.711	13.047	14.599	16.230	15.735	17.553	19.713	20.842	21.316	21.921	21.022	21.364	22.625	22.374	5,2
MA	7.983	7.097	6.874	7.939	8.625	9.750	10.921	10.918	11.407	12.631	13.650	12.806	13.437	13.111	13.912	13.547	13.905	3,5
MG	31.979	34.687	37.004	40.782	44.290	48.416	55.701	50.580	54.888	57.564	58.751	59.278	61.442	60.608	57.045	57.158	58.603	3,9
MS	5.098	5.474	6.348	6.160	6.892	7.565	8.711	8.416	8.795	9.475	9.887	10.128	10.733	10.129	10.515	10.571	11.540	5,2
MT	6.154	7.399	8.354	8.922	9.012	9.983	11.152	11.145	11.940	12.337	13.324	13.686	14.394	14.146	15.058	15.286	15.950	6,1
PA	8.773	8.456	9.290	10.007	11.120	12.084	13.839	13.917	15.088	16.190	18.738	18.540	19.796	20.125	19.746	19.186	19.547	5,1
PB	5.313	5.348	5.424	6.609	7.210	7.648	8.112	8.259	8.585	9.450	9.409	9.931	10.211	9.652	9.820	9.774	9.916	4,0
PE	13.970	12.911	14.394	16.326	15.005	16.113	18.368	18.553	20.983	22.927	23.416	24.252	24.606	24.010	23.310	23.436	24.297	3,5
PI	3.942	3.372	4.189	4.996	5.434	5.756	7.037	7.069	7.579	7.942	8.307	8.132	8.227	8.032	8.457	8.671	9.069	5,3
PR	20.332	19.593	20.388	21.444	22.557	23.812	26.202	26.231	27.893	29.973	31.254	35.930	37.571	38.716	38.387	39.660	39.194	4,2
RJ	40.573	47.350	50.719	51.615	56.007	56.072	63.063	56.173	63.868	67.766	66.956	65.551	60.503	59.935	49.650	54.198	60.372	2,5
RN	5.504	5.231	5.932	6.764	7.487	7.695	8.463	8.447	9.238	9.362	10.058	10.284	10.336	11.274	9.629	9.831	9.687	3,6
RO	3.381	3.420	3.843	4.426	4.521	4.953	5.870	5.618	6.198	7.142	7.130	6.814	7.322	7.034	7.194	6.954	7.273	4,9
RR	1.940	1.662	1.747	2.158	2.380	2.510	3.265	2.810	2.941	3.740	3.356	3.437	3.646	3.402	3.698	3.404	3.611	4,0
RS	24.771	25.307	24.843	26.355	27.570	28.306	31.527	31.625	35.452	34.899	35.374	38.092	38.484	36.731	39.113	38.676	40.468	3,1
SC	11.904	10.877	12.670	14.267	13.213	16.357	18.880	17.897	19.805	21.564	21.608	22.243	23.507	23.510	22.897	22.900	23.709	4,4
SE	4.604	4.298	4.616	5.417	5.855	6.081	7.001	6.876	8.724	7.628	7.923	7.873	7.989	7.666	7.588	7.401	7.636	3,2
SP	106.710	102.389	110.029	118.116	129.344	135.917	149.353	150.775	166.550	168.738	171.782	180.434	178.103	169.285	155.843	162.418	164.336	2,7
TO	3.788	3.639	3.844	4.676	4.821	5.335	6.232	5.925	6.509	7.182	7.492	7.509	8.087	7.693	8.950	7.748	7.417	4,3
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.																		4,0
(RS - indicadores financeiros/RCL dos estados)																		

Anexo de tabelas												
Tabela C - Estado de M.Gerais - principais variáveis financeiras, 2002-2018												
Em R\$ milhões correntes												
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.amplo	ODC	Pessoal enc.sociais	Seriço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital	
2002	12.061,8	3.517,0		1.422,3	3.043,6	9.858,6	1.509,2	-2.155,9	-1.004,7	-2.349,6	1.615,9	
2003	15.008,6	4.305,1		1.034,3	3.297,4	10.075,2	1.618,8	-227,9	1.129,0	17,2	789,2	
2004	17.067,2	4.504,4		1.527,2	3.011,8	11.253,7	1.804,3	90,7	1.598,3	997,4	620,5	
2005	20.102,1	4.769,4		2.734,4	3.541,3	12.221,3	2.055,0	221,7	1.624,2	2.284,5	671,6	
2006	22.744,8	5.378,2		3.424,5	4.128,9	13.772,4	2.415,5	81,1	1.658,0	2.428,1	1.077,6	
2007	25.768,9	5.866,6		3.650,1	4.759,2	15.375,1	2.602,1	190,1	2.079,5	3.032,4	807,7	
2008	31.329,5	6.540,6		5.168,2	5.882,1	17.967,4	3.073,6	624,0	2.390,6	4.406,5	1.385,8	
2009	29.840,0	6.664,4		4.836,2	6.026,6	17.533,3	3.295,0	299,2	1.819,5	2.985,0	2.150,5	
2010	34.013,0	8.402,0		4.839,2	6.847,0	20.784,1	3.480,1	566,8	1.851,1	2.901,8	2.504,2	
2011	38.038,4	9.509,4		3.992,8	7.539,4	23.848,2	4.200,4	150,9	2.756,7	2.450,4	1.693,3	
2012	40.920,5	10.856,9		3.589,2	7.861,7	26.796,4	6.354,3	2.076,4	3.068,5	-91,9	5.757,5	
2013	43.849,5	12.060,8		5.645,1	8.892,0	29.410,8	7.877,7	-948,1	-86,2	-2.331,0	7.028,1	
2014	48.326,7	13.977,9		5.561,8	9.438,8	32.712,5	5.681,0	-2.165,5	1.031,0	494,5	2.901,9	
2015	51.975,0	17.437,2	2.079,9	3.597,1	10.408,3	40.816,0	6.758,8	-8.964,2	-3.243,6	-6.008,1	641,0	
2016	53.195,3	19.213,7	2.136,5	3.052,6	10.183,3	43.148,1	2.872,8	-4.163,4	-3.249,1	-3.008,8	1.898,1	
2017	55.137,2	21.999,2	2.225,1	3.838,2	10.898,7	46.474,3	4.294,3	-9.767,8	-6.123,6	-6.530,1	600,6	
2018	58.602,7	23.223,6	2.338,2	1.893,8	12.905,6	48.172,7	7.440,3	-11.232,6	1.419,9	-9.915,9	577,1	

Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.

(MG - indicadores financeiros/Planilha 5)

Anexo de tabelas												
Tabela D - Estado de M.Gerais - principais variáveis financeiras, 2002-2018												
Em R\$ milhões constantes de 2018 (IPCA médio anual).												
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.amplo	ODC	Pessoal enc.sociais	Seriço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital	
2002	31.978,7	9.324,5	-	3.770,8	8.069,3	26.137,4	4.001,3	-5.715,9	-2.663,6	-6.229,3	4.284,2	
2003	34.687,1	9.949,8	-	2.390,5	7.620,8	23.285,2	3.741,3	-526,6	2.609,3	39,8	1.824,1	
2004	37.003,6	9.766,1	-	3.311,2	6.529,9	24.399,2	3.912,0	196,5	3.465,2	2.162,5	1.345,3	
2005	40.782,0	9.675,8	-	5.547,4	7.184,3	24.793,9	4.169,2	449,7	3.295,0	4.634,7	1.362,4	
2006	44.290,5	10.472,8	-	6.668,5	8.040,1	26.818,6	4.703,6	158,0	3.228,7	4.728,1	2.098,4	
2007	48.416,3	11.022,6	-	6.858,0	8.942,0	28.887,8	4.889,0	357,2	3.907,1	5.697,5	1.517,6	
2008	55.700,9	11.628,6	-	9.188,6	10.457,8	31.944,4	5.464,5	1.109,4	4.250,2	7.834,3	2.463,7	
2009	50.580,2	11.296,5	-	8.197,6	10.215,4	29.719,9	5.585,3	507,2	3.084,1	5.059,7	3.645,2	
2010	54.888,1	13.558,7	-	7.809,3	11.049,3	33.540,1	5.615,9	914,6	2.987,2	4.682,8	4.041,1	
2011	57.563,8	14.390,6	-	6.042,3	11.409,5	36.089,7	6.356,5	228,3	4.171,7	3.708,2	2.562,4	
2012	58.750,7	15.587,5	-	5.153,2	11.287,2	38.472,4	9.123,0	2.981,2	4.405,6	-131,9	8.266,2	
2013	59.278,2	16.304,5	-	7.631,4	12.020,8	39.759,1	10.649,6	-1.281,7	-116,5	-3.151,2	9.500,9	
2014	61.442,0	17.771,3	-	7.071,3	12.000,3	41.590,4	7.222,7	-2.753,2	1.310,8	628,7	3.689,4	
2015	60.607,6	20.333,3	2.425,3	4.194,5	12.137,0	47.595,2	7.881,4	-10.453,1	-3.782,3	-7.006,0	747,4	
2016	57.045,4	20.604,3	2.291,2	3.273,6	10.920,3	46.271,0	3.080,7	-4.464,7	-3.484,3	-3.226,6	2.035,4	
2017	57.157,9	22.805,5	2.306,6	3.978,9	11.298,1	48.177,5	4.451,7	-10.125,7	-6.348,0	-6.769,4	622,6	
2018	58.602,7	23.223,6	2.338,2	1.893,8	12.905,6	48.172,7	7.440,3	-11.232,6	1.419,9	-9.915,9	577,1	
Taxa	3,9%	5,9%		-4,2%	3,0%	3,9%	4,0%	4,3%	#NÚM!	2,9%	-11,8%	

Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.
(MG - indicadores financeiros/Planilha 5)

Tabela E do Anexo - ICMS dos estados nos períodos selecionados								
Valores em R\$ 1.000,00 constantes de 2018 pelo IPCA médio anual.								
UF	Taxas reais por período							
	2002	2013	2018	2002-2013	2013-2018	Ordem	2003-2018	Ordem
AC	449.338	1.066.764	1.413.100	8,2%	5,8%	1	7,4%	1
AL	1.764.569	3.711.411	4.267.900	7,0%	2,8%	5	5,7%	4
AM	5.141.227	10.038.544	9.276.300	6,3%	-1,6%	22	3,8%	20
AP	366.547	1.060.508	841.500	10,1%	-4,5%	26	5,3%	8
BA	13.124.985	21.199.872	23.507.600	4,5%	2,1%	8	3,7%	21
CE	6.278.159	11.579.422	11.841.800	5,7%	0,4%	15	4,0%	19
DF	5.697.947	8.347.572	7.988.900	3,5%	-0,9%	21	2,1%	25
ES	6.268.201	11.633.959	10.198.700	5,8%	-2,6%	24	3,1%	24
GO	7.726.199	15.989.764	15.691.200	6,8%	-0,4%	19	4,5%	15
MA	2.378.345	5.874.889	6.881.300	8,6%	3,2%	4	6,9%	3
MG	24.915.689	47.645.681	48.301.953	6,1%	5,4%	2	4,2%	18
MS	3.557.316	8.434.914	8.568.700	8,2%	0,3%	16	5,6%	5
MT	4.882.886	10.244.433	9.933.300	7,0%	-0,6%	20	4,5%	14
PA	4.514.898	10.387.982	10.850.300	7,9%	0,9%	12	5,6%	6
PB	2.424.980	5.209.698	5.491.000	7,2%	1,1%	11	5,2%	9
PE	7.496.578	15.604.945	15.444.500	6,9%	-0,2%	18	4,6%	13
PI	1.433.777	3.594.304	4.451.600	8,7%	4,4%	3	7,3%	2
PR	14.795.687	28.018.274	29.842.100	6,0%	1,3%	9	4,5%	16
RJ	27.234.804	45.264.564	37.644.950	4,7%	-3,6%	25	2,0%	27
RN	2.689.613	5.321.749	5.662.300	6,4%	1,2%	10	4,8%	12
RO	1.694.558	3.608.879	3.636.500	7,1%	0,2%	17	4,9%	10
RR	317.030	700.503	527.700	7,5%	-5,5%	27	3,2%	23
RS	19.124.130	31.764.980	32.513.200	4,7%	0,5%	13	3,4%	22
SC	10.071.694	18.844.411	21.329.700	5,9%	2,5%	7	4,8%	11
SE	1.761.117	3.380.855	3.458.100	6,1%	0,5%	14	4,3%	17
SP	96.646.069	152.357.313	135.498.800	4,2%	-2,3%	23	2,1%	26
TO	1.076.917	2.244.109	2.495.986	6,9%	2,2%	6	5,4%	7
BRASIL	273.833.261	483.130.298	467.558.989	6,6%	0,5%		4,6%	
Mediana					0,5%		4,6%	

Fonte: Execução orçamentária dos Estados até 2013. Após: RREOs dos estados.

(Estados 2019/ICMS/PIB dos estados, 2019/ICMS-PIB/E-179).